

PONTOS DE VISTA: O que pensam outros especialistas?

GLOBALIZAÇÃO - em direção a "um mundo só"?*

Henrique Rattner **

Introdução

O que acontece na história, após o desmoronamento do império soviético, o colapso do socialismo real e, em consequência, o fim do equilíbrio precário do balanço de poder entre as superpotências? Estaríamos ingressando na era da "pax americana", um mundo controlado pelo potencial econômico, militar e cultural dos Estados Unidos? Ou, estaríamos caminhando em direção a um mundo pluricêntrico, ao redor das três potências econômicas capitalistas? A formação de blocos ou mercados integrados (EUA, Nafta, Apec, Mercosul, etc.) não parece contribuir para um sistema mundial mais harmônico e equilibrado, por constituir-se aqueles em mercados cativos e protegidos, mais amplos do que as economias nacionais. Ademais, um número reduzido de países participa de mercados integrados. O que acontecerá com os mais de cem países marginalizados ou excluídos dos benefícios desta nova ordem mundial?

* Trabalho preparado para a sessão de treinamento nacional da 2ª turma do Programa LEAD/Brasil (13-24/fev./95) e para o Seminário Internacional em Harare, Zimbábue (20/abr. 02/maio/95).

** Economista e sociólogo, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, diretor do Programa LEADBrasil (Associação Brasileira para Desenvolvimento de Lideranças).

Neste trabalho, argumento que, apesar dos problemas, da desordem e dos conflitos que prevalecem em todos os quadrantes, é possível detectar sinais de uma ordem mundial emergente a serviço das aspirações e dos anseios da humanidade.

A globalização, quando imposta por vias autoritárias, insere efeitos e impactos negativos, sobretudo nas culturas e economias tradicionais. As premissas desta análise, entretanto, postulam que um retorno à ordem anterior baseada em estados nacionais, em competição ou conflito permanentes com seus vizinhos, é inviável.

Na impossibilidade de se manter o *status quo ante* e de resistir à tendência onipresente de globalização, a construção de uma nova ordem mundial baseada em cooperação, respeito aos direitos humanos e participação com responsabilidade de todos os atores sociais nas decisões que afetam seu destino, torna-se uma tarefa urgente e inadiável.

Se nosso objetivo for o desenvolvimento sustentável para todos os habitantes da Terra, este não será conseguido por via de políticas nacionalistas ou fundamentalistas extremistas.

Em que pese a ausência de um *blue-print* ou uma receita para o sucesso, cumpre-nos a tarefa de analisar e interpretar a dinâmica do processo; identificar seus principais atores, suas estratégias, seus interesses e suas alianças e, sobretudo, seus discursos, valores e suas visões de mundo. São esses os fatores que unem os indivíduos ao redor de idéias e visões alternativas do futuro, impelindo-os para empreendimentos inovadores, capazes de mudar o curso da história.

NÚCLEOS COOPERATIVOS: uma perspectiva profissional para o portador de deficiência

Maria Helena Alcântara de Oliveira*

A experiência acumulada durante anos com alunos portadores de deficiência nas escolas especiais da rede oficial de ensino do Distrito Federal e a busca constante em aprimorar o nosso conhecimento motivaram-nos a elaborar um programa alternativo que viesse apresentar caminhos para a inserção dessa clientela no mercado de trabalho. Tradicionalmente, estes alunos têm permanecido nas escolas especializadas da rede de ensino, sem qualquer perspectiva de deixar esta instituição.

Embora as escolas do Distrito Federal tenham se preocupado em prestar atendimento especializado a esta clientela, observamos que grande parte dos alunos não têm possibilidade de serem integrados na força de trabalho competitiva. Vários fatores dificultam tal inserção, como a instabilidade emocional, dificuldades psicomotoras, a par do despreparo por parte do empregador para lidar com esta clientela. Para agravar ainda mais esse quadro, constatamos falta de ofertas de tarefas simples, seriadas e sistematizadas no mercado de trabalho, uma vez que Brasília se caracteriza como uma cidade fundamentalmente administrativa, com poucos núcleos industriais.

* Educadora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal.

A retenção desta clientela nas escolas, por tempo indeterminado, causava-nos preocupação pela falta de perspectiva de ocupação para esse grupo e a conseqüente redução das oportunidades de atendimento a novos alunos, por falta de vagas. Tínhamos consciência da necessidade urgente de um programa que tanto propiciasse a canalização das energias desta clientela quanto contribuísse para o desenvolvimento de seu potencial. No nosso entender, tal programa deveria incluir um conjunto de atividades, nas quais tais alunos pudessem sentir-se úteis e ajustados social e profissionalmente, com possibilidade de conquistarem remunerações num espaço transitório ou permanente. Foram estas as razões que nos levaram à criação de Núcleos Cooperativos, que se constituem em uma modalidade de oficina protegida.

Núcleo cooperativo

Núcleo Cooperativo constitui-se na extensão de um processo educativo que visa a ajustar e integrar socialmente um grupo de indivíduos que, por motivo de ordem bio-psico-social, não adquiriu ou não tem condições de adquirir preparação suficiente para se inserir no mercado competitivo de trabalho.

A criação do Núcleo Cooperativo possibilitou o alcance deste objetivo aos portadores de necessidades educativas especiais, suprimindo a limitação dos centros de ensino especial quando estes já não tinham o que oferecer àquele aluno que já venceu todas as etapas do desenvolvimento psicopedagógico, previstas nos programas educacionais.

Afinal, quem comanda a economia?

Amontoam-se evidências de que, na economia global, cada vez mais é o mercado financeiro (leia-se as grandes corporações) e não os governos, aquele que, em última análise, decide sobre os destinos do câmbio, da taxa de juros, dos preços das *commodities*, da poupança e dos investimentos. Sem dúvida, a liberalização e a globalização dos mercados são altamente vantajosas para o grande capital, cujo horizonte e cuja estratégia transbordam as fronteiras estreitas do Estado-Nação.

Exportar mais, mesmo à custa do suprimento de alimentos básicos para importar mais (especialmente, bens de luxo e de consumo conspícuo) e pagar os juros da dívida externa, para tranqüilizar os bancos credores e atrair novos investimentos estrangeiros (ainda que altamente especulativos) têm-se constituído receita prescrita para a retomada do "desenvolvimento". Dificilmente encontrar-se-á uma referência às prioridades sociais na retórica dos arautos da globalização.

Como os governos irão reagir às pressões crescentes das massas, quando estas perceberem sua capacidade reduzida de propiciar condições para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida? E, o que sobrará dos partidos políticos, presos a fórmulas e discursos convencionais, totalmente fora da realidade e, por isso, incapazes de mobilizar e motivar a população, mesmo em época de eleições? Ignoram ou minimizam-se os efeitos desestru-turadores da globalização, que aumenta o fosso entre ricos e pobres, e cuja dinâmica (mais competitividade e eficiência, menos salários) tende a desvincular e a expulsar mais trabalhadores da economia formal e, portanto, do próprio mercado!

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995

Paralelamente, tendem a aumentar as pressões sobre as instituições políticas, desencadeando o ciclo vicioso de instabilidade e insegurança, que acabam por afugentar os potenciais investidores estrangeiros e nacionais.

As respostas esboçadas, sob forma de nova desvalorização cambial para estimular as exportações, novas facilidades e vantagens para o capital e promessas ocas de que ..."desta vez é pra valer", seriam suficientes para conter as tempestades conjuradas pelos sacrifícios dos trabalhadores e dos eternamente excluídos e marginalizados?

Embora conduzido pela economia, o processo de globalização transcende os fenômenos meramente econômicos e, para o entendimento de toda a sua extensão e profundidade, ele deve ser apreendido também em suas dimensões políticas, ecológicas e culturais. Ademais, buscando formular as premissas de alternativas de desenvolvimento numa perspectiva histórica, portanto, sem rejeitar a globalização, procura-se apontar para as opções abertas, dentro desse marco, a cooperação pacífica entre povos e Estados, a democratização e universalização dos direitos humanos e a solidariedade internacional dos movimentos sociais.

Em retrospectiva histórica, a globalização iniciou-se no pós-guerra, com a expansão acelerada e ininterrupta da internacionalização da economia, configurada pelo crescimento do comércio e dos investimentos externos, a taxas bem mais altas do que o aumento da produção mundial (PMB — Produto Mundial Bruto). Essa tendência foi intensificada pela entrada em cena de instituições internacionais (Gatt, FMI, Bird, FAO, etc.) que, por um lado, acentuaram a centralidade dos países-membros da OCDE e, por

outro, lançaram um processo de acoplamento e integração seletiva de alguns países periféricos (os NICs — *newly industria-lized countries*), incorporando-os aos planos de expansão, mediante uma nova divisão internacional de trabalho das empresas transnacionais. Os empréstimos e créditos fáceis e baratos em euro e petrodólares estão na origem dos "milagres" nos anos 60, que contemplaram os países em desenvolvimento com uma capacidade produtiva baseada em intensidade energética, matérias-primas e mão-de-obra baratas e processos altamente poluentes.

A década de 80 confirmou o advento, a partir do Japão, de um novo paradigma de produção e de organização industrial, combinando a automação flexível com gestão e sistemas de comunicação informatizados. O complemento político para a universalização do novo paradigma foi proporcionado pela desregulação, privatização e desestatização, liberando os mercados não só para uma concorrência desenfreada das corporações transnacionais, mas também eliminando inúmeras pequenas e médias empresas. Entre as características mais marcantes da nova configuração político-econômica internacional, merece destaque, entre outras, a integração acelerada dos mercados financeiros nacionais e internacionais, ligados por redes de comunicação via satélite e apoiados por poderosos sistemas informatizados, que permitem a perfeita mobilidade do capital em suas operações num espaço — mercado global e a formação de consórcios e de *joint-ventures* entre corporações transnacionais, de bases territoriais nacionais diferentes. Essas alianças e acordos interempresas visam não somente à redução dos custos de P&D (pesquisa e desenvolvimento) de novos produtos e processos, mas também ao acesso a mercados regionalizados cujas barreiras à entrada de não-membros continuam proibitivas.

Finalmente, a complexidade e a velocidade de mudanças nas relações interconglomeradas e suas intervenções nos mercados financeiros, possibilitadas pela mobilidade intensa do capital, têm levado os governos dos principais países capitalistas (G-7) a procurarem instrumentos e mecanismos de coordenação das políticas econômico-financeiras, por sinal, de eficácia limitadíssima. Se acrescentarmos o desmoronamento do socialismo "real" na ex-União Soviética e os caminhos atabalhoados de sua transição ao capitalismo, a entrada da China, através das "quatro modernizações", na economia mundial, abrindo um mercado potencial de um bilhão de consumidores; o colapso de sociedades que optaram pela "terceira via" (Argélia, ex-Iugoslávia), e o caos reinante em 50-60 países do Quarto Mundo, teríamos configurado, ainda que sumariamente, os desafios que enfrentamos na busca de alternativas, dentro do espírito de "nosso futuro comum".

O desafio político

Caracterizamos a globalização como o resultado de um processo histórico, cujos fatores dinâmicos são a concentração-centralização de capital, o desenvolvimento dos meios de comunicação e o despertar da consciência sobre o destino comum da humanidade. Essa tendência manifesta-se, também, na difusão de padrões transnacionais de organização econômica e social, de consumo, de formas de lazer e de expressão cultural-artística, enfim, um estilo de vida decorrente das pressões competitivas do mercado, que aproximam culturas, políticas e práticas administrativas e difundem e generalizam os mesmos problemas e conflitos ambientais.

Admitindo-se a irreversibilidade da globalização, com seus efeitos e impactos positivos e negativos sobre comunidades e nações, simultaneamente integradores e desestruturadores, permanece a tarefa formidável de como conduzir e orientar esse processo sem cometer falácias e confundir as conseqüências da acumulação centralizadora de capital (crise social, desemprego, erosão e ani-quitação de culturas e valores tradicionais) com as oportunidades efetivas de integração, aproximação e cooperação em nível mundial, proporcionadas pela globalização.

A onda de democratização, ainda que débil, atravessa os continentes, desde os confins do sudeste asiático até a América Latina, passando também pela África, e assinala que as populações não mais aceitam silenciosamente os regimes de opressão, exploração e corrupção ainda prevalentes na maioria dos países. A busca de opções e alternativas, dentro do contexto e dos rumos da globalização, enfrenta o dilema de como superar a contradição fundamental inerente ao sistema social que acirra constantemente o espírito competitivo, enquanto que condições objetivas exigem, cada vez mais, a cooperação em todos os níveis, como condição *sine qua non* para a emancipação de todos os povos, inclusive dos "danados da terra".

Afetando todas as esferas da vida — os padrões de trabalho e de educação, as formas de lazer e de expressão artística e as tecnologias, os processos de organização e administração nas empresas e instituições públicas —, a globalização coloca na ordem do dia a necessidade inadiável de mudanças sociais e de reestruturação da ordem mundial, em face da inadequação e inoperância dos quatro princípios que sustentam as organizações das Nações Unidas. O princípio de não-intervenção nos assuntos

internos dos países de menor expressão territorial e política tem sido freqüentemente ignorado pelas grandes potências, invalidando, Concomitantemente, o da autodeterminação dos povos. Trajetória pior ainda teve o princípio de respeito aos direitos humanos, sacramentado pela Carta das Nações Unidas. Após cinquenta anos de sua existência, continuam as violações e a negação da liberdade por muitos governos, sobretudo nos países pobres e periféricos. A observância desse código e os hipotéticos efeitos do crescimento econômico iriam assegurar a gradual evolução das sociedades em direção a sistemas democráticos — uma previsão que também se mostrou totalmente irrealista. O que nos permitiria, então, encarar a globalização, apesar dos fracassos de seu meio século de existência, das Nações Unidas, como fator positivo no desenvolvimento da humanidade?

Em primeiro lugar, a globalização surge como a condição objetiva fundamental das transformações estruturais em direção a um mundo solidário, pacífico e de cooperação dos povos para superar os antagonismos e conflitos decorrentes da competição entre economias "nacionais". Segundo, a degradação ambiental em conseqüência da externalização dos custos pelas empresas tem causado problemas de saneamento, saúde e marginalização sociocultural, cuja superação exige não somente tecnologias apropriadas e recursos financeiros nacionais e internacionais, mas também a formação de uma consciência social e de um poder político global. Terceiro, tendo emergido como produto de processos materiais e espirituais, um retrocesso da globalização causaria danos econômicos e ecológicos, levaria à regressão a regimes políticos burocráticos e autoritários e ao isolamento fundamentalista, com a conseqüente perda das vantagens proporcionadas pela tecnologia e pelas formas de organização mais flexíveis, que

apelam mais à motivação do que à compulsão, mais à participação do que à obediência cega a normas e instruções.

Finalmente, a longo prazo, a globalização tende a proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável e à democratização política, permitindo também o equacionamento e a solução racionais de problemas que transbordam as fronteiras geográficas dos países, tais como a despoluição dos mares, o controle e o tratamento dos resíduos nucleares, a expansão das redes de comunicação e a aproximação e cooperação entre inúmeros movimentos sociais não-governamentais, recuperando assim, o rumo e o sentido da história.

Das origens

Contrariamente às interpretações convencionais, os agentes mais dinâmicos da globalização não são os governos nem os representantes parlamentares dos países que formaram mercados comuns à procura de integração econômica. As forças mais ativas e poderosas no processo de globalização são os conglomerados e empresas transnacionais que dominam e controlam efetivamente a maior parte da produção, do comércio, da tecnologia e das finanças internacionais. Com seu imenso potencial econômico-financeiro, essas organizações operam em escalas transcontinentais, transferindo recursos financeiros e *know-how* por sistemas de comunicações informatizadas e via satélite e crescem, mesmo em tempos de recessão e crise, através de fusões, incorporações, venda e compra de ativos em transações bilionárias.

Baseadas em uma cultura organizacional e administrativa sem precedentes na história e dispostas de ativos financeiros superio-

res aos da maioria dos bancos centrais, a extrema mobilidade de seu capital financeiro movimentado em tempo real, por redes computadorizadas integradas, permite realizar altas taxas de lucratividade, inclusive em operações especulativas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*, tudo contribuindo para o aumento e a expansão das riquezas e do poder dessas organizações.

A atuação dos conglomerados e empresas transnacionais não se limita às esferas econômico-financeiras apenas. Suas decisões de investir e desinvestir afetam, em última análise, a prosperidade ou decadência de cidades e regiões, e o peso de seus recursos econômico-financeiros influi na composição e no funcionamento da estrutura e das instituições políticas. São inúmeros os casos de eleição de "representantes do povo" cujas campanhas são financiadas pelo grande capital, sem falar dos *lobbies* e das práticas de corrupção da administração pública, comuns até nas mais altas instâncias dos três poderes.

Essa assimetria de controle e movimentação de recursos humanos, materiais e financeiros expõe cruamente a ilusão de viver-se em uma sociedade democrática. Na realidade, verificamos a polarização, a exclusão e os decorrentes desequilíbrios sociais entre minorias desfrutando de elevada renda, consumo e estilo de vida afluentes e de desperdício, em face da maioria carente das necessidades básicas. A tendência perversa de extensão da pobreza e de privações é agravada pela incapacidade fiscal-financeira do Estado para atender às demandas e expectativas dos desprivilegiados, enquanto cede às pressões de grupos de interesse corporativistas clamando por privatização das empresas estatais lucrativas, desregulação de preços e tarifas e a abertura total ao livre comércio, sem a mínima preocupação com seus efeitos sociais.

E possível responsabilizar a grande organização pelas disfunções e calamidades que afligem as sociedades contemporâneas? Antes de tentarmos esboçar um prognóstico, convém tecer algumas considerações sobre sua origem e evolução e a dinâmica que impulsiona o processo de concentração e centralização do capital, potencializado pelo advento das tecnologias de ponta.

Os problemas com as grandes empresas começaram no fim do século passado nos EUA, tendo as manobras de monopolização da Standard Oil of New Jersey provocado a pronta resposta do poder público, sob a forma do Sherman Act (lei antitrust), visando coibir a prática de preços abusivos por parte dos monopólios. Entretanto, o poder e a influência das grandes empresas não pararam de expandir-se, exercendo seu domínio nas comunidades de localização das plantas e, sobretudo, na imposição de condições de trabalho desumanas para os trabalhadores da indústria em geral.

É somente com o advento do *New Deal* de Roosevelt e os contratos coletivos conquistados pelos sindicatos nos anos 30 que o poder das grandes organizações parecia ter encontrado seus limites. Contornando as restrições impostas pela lei e procurando formas mais adequadas de capitalização capazes de diminuir os ressentimentos da opinião pública e dos consumidores, surgiu em meados deste século a "democratização do capital", que transformaria todos em acionistas/proPRIETÁRIOS e, destarte, declarou-se a obsolescência da luta de classes.

Na prática, a dispersão do capital entre centenas de milhares e milhões de pequenos acionistas facilitou o controle exercido por blocos relativamente pequenos de proprietários e/ou executi-

vos profissionais, estes saudados como a nova elite, mais racional e humana que os "tubarões" da época heróica de acumulação primitiva. Possibilitando o controle de conglomerados gigantescos via *holdings*, sua expansão não parou mais, chegando ao ponto, neste final de século e milênio, em que alguns milhares de grandes organizações controlam mais da metade da produção e do comércio mundiais, enquanto seus grupos financeiros movimentam diariamente centenas de bilhões de dólares — aplicações em moedas, ações, *commodities* ou "derivativos", capazes de abalar profundamente os mercados "nacionais" em várias partes do globo.

Quem controlará o processo?

Fazendo parte da nossa estrutura e de nosso estilo de vida e sendo impossível uma volta ao passado, seria possível controlar a grande organização e, eventualmente, responsabilizar seus dirigentes pelos desastres e atrocidades cometidos em nome da "liberdade de mercado"? A luz das evidências acumuladas, terá sido mera coincidência o uso de termos pouco edificantes, por ministros do governo, para qualificar os empresários e seu comportamento ético?¹

Porta-vozes do grande capital, inclusive alguns vestindo o manto da ciência, afirmam que a função da empresa seria apenas produ-

¹ No final de 1994, o então ministro da Fazenda, Ciro Gomes, chamou de "canalhas" os empresários que aumentavam preços abusivamente (N. do Ed.).

zir lucro a ser distribuído aos acionistas, aos quais caberia a decisão sobre o que fazer com o excedente. Caberia ao governo o estabelecimento de normas morais, em cujos limites atuaria a empresa, produzindo para atender à demanda do mercado, seja ela de agrotóxicos, cigarros, medicamentos não suficientemente testados, alimentos contendo substâncias nocivas ou armas letais. Obviamente, o pequeno acionista-proprietário de um certificado de ações é totalmente destituído de poder para influenciar a condução dos negócios e, quanto às leis e normas "morais", é patente que essas não são elaboradas de modo independente aos interesses e pressões dos diversos grupos e entidades representantes das empresas industriais, agrícolas, bancos, empreiteiras, de turismo, mineração, etc. Quanto aos executivos profissionais, supostamente imbuídos de maior responsabilidade social, é constrangedor apontar os inúmeros casos de não recolhimento das contribuições sociais, a sonegação de impostos, o super e subfaturamento, na importação e na exportação; recusando-se, via de regra, a considerar os efeitos sociais dessa sua conduta e indiferentes aos problemas humanos — individuais e coletivos — causados por determinadas práticas de negócios. As elites empresariais, proprietários ou executivos de empresas privadas ou estatais, nacionais ou estrangeiras, parecem insensíveis ao drama ao seu redor e, em sua recusa de assumir suas responsabilidades sociais, parecem confirmar o diagnóstico de Hannah Arendt sobre "a banalização do mal".

O que fazer com as grandes organizações? Seria possível abolir ou fechá-las, voltando-se à produção em pequena escala? A tecnologia e o estilo de vida em sociedades complexas exigem a coordenação de imensas quantidades de recursos materiais, financeiros, de equipamentos e máquinas e de trabalhadores,

seja na construção de centrais hidrelétricas, na indústria automobilística ou em redes de transporte ferro-rodovia ou aeroviárias. Mesmo nos países "socialistas", os dirigentes das grandes empresas estatais semi-autônomas detinham enorme poder econômico-financeiro e sobretudo político, manifesto por pressões e ameaças aos eventuais opositores, ou pela cooptação de burocratas e "representantes" do povo ao aparato. Resistir ou contestar os (des)mandos da tecnoburocracia leva à pecha de "inimigo da livre empresa", expressão equivalente hoje ao que fora a acusação de "inimigo do Estado" no regime do coletivismo burocrático. A ofensiva desenfreada e endossada pelos partidos liberais e governos, em favor do mercado, da competitividade e da "livre"-empresa confunde até as pessoas razoavelmente informadas e conscientes das calamidades e dos desafios da situação social, sem mencionar os impactos sentidos a longo prazo, através do desemprego e alienação daqueles que têm a sorte de manter seu posto de trabalho.

Como todos os fenômenos da evolução social, também a globalização abrange aspectos positivos e negativos, dando origem a tensões e conflitos entre o antigo e o novo, as tradições e a modernidade, refletidos nas posturas e discursos ideológicos dos diferentes atores sociais.

Constituindo as grandes organizações os motores dinâmicos do processo de globalização, seria possível orientar e controlar seus planos e diretrizes de expansão e acumulação, com poder e visão suficientes para alcançar esses objetivos? Mas, se a resposta for negativa, tendo em vista o discurso neoliberal (e é este o cenário mais provável a médio prazo), quais as propostas para tornar empresas e organizações mais conscientes sobre os efeitos e

responsabilidades pelas conseqüências de determinadas decisões e seus impactos ambientais, sociais e políticas?

O sonho de se conseguir desmembrar as grandes organizações, criando muitas pequenas companhias (*small is beautiful*), além de inviabilizar inúmeros produtos e serviços baseados em tecnologias de grande escala, certamente encontrará enorme resistência e obstáculos políticos, internos e externos. Por outro lado, nada garante que a fragmentação levará as pequenas e médias empresas a zelarem melhor o meio ambiente e oferecerem condições de trabalho e remuneração mais condizentes aos seus empregados.

A nacionalização das grandes empresas no pós-guerra (França, Reino Unido, Itália, etc), invertida, em parte, pelas políticas econômicas praticadas na década de 80, não tem alterado o quadro em seus aspectos fundamentais, ou seja, a poluição do ar, dos rios e dos mares pelas indústrias de mineração, papel e celulose, siderúrgicas, químicas e petroquímicas, embora tenha comprovado a eficiência e competitividade de empresas estatais, cuja dinâmica de expansão, quando bem administrada, não difere da das firmas privadas. Os administradores e tecnocratas das empresas estatizadas tratam seus funcionários à imagem das práticas adotadas nas organizações privadas, enquanto procuram fazer carreira funcional ou política, com idéias confusas sobre o desenvolvimento econômico e as relações políticas entre os diversos segmentos da sociedade.

A ambivalência freqüente entre a qualidade do serviço prestado ao público e a busca de maximização do lucro permeia atitudes, comportamentos e valores dos dirigentes das grandes organizações estatizadas que, via de regra, acabam sendo cooptados e

assimilados pela estrutura de poder, seja ela civil ou militar, identificada com a manutenção do *status quo*.

A partir dos anos 70 e, na América Latina, nos 80, os movimentos populares em defesa do meio ambiente e dos consumidores têm se constituído como força política que pareceria capaz de conter o avanço das grandes organizações ou, pelo menos obrigá-las a submeter-se a normas e leis que garantissem segurança e proteção aos vizinhos de usinas nucleares, indústrias petroquímicas, siderúrgicas, etc. além de maior transparência em suas operações. As expectativas de mudanças por meio da legislação não foram confirmadas. Por outro lado, os apelos aos investidores institucionais (fundações, igrejas, universidades, pessoas físicas), que supostamente seriam mais sensíveis aos aspectos e problemas éticos e sociais (para exercerem pressão sobre as elites dirigentes), também não têm resultado em mudanças de comportamento significativas.

Permanece o dilema. Não podemos nos livrar das grandes organizações, não sabemos como organizar a sociedade sem elas e continuar, ao mesmo tempo, a prover às necessidades de toda a população. Se, por um lado, é impossível retornar ao passado para viver em pequenas comunidades baseadas em cooperação e solidariedade, por outro, a irracionalidade do sistema de competição selvagem aniquila os indivíduos e o convívio social.

Entre o paroquialismo local primitivo e a acumulação poderosa em escala global, não existiriam outros valores capazes de mobilizar e motivar os membros da sociedade — elites e massas — para humanizar as condições de existência para todos e, assim, restaurar a dignidade e o sentido da vida, na superação do anta-

gonismo entre cooperação e competição; entre o nacionalismo e capitalismo, instituições que garantem e ameaçam, ao mesmo tempo, a sobrevivência da espécie humana?

Nas sociedades contemporâneas, votos e preços constituem condições necessárias, mas não suficientes para um convívio democrático sustentável, quando acompanhadas por desregulação e competição extremas que deixam o poder público impotente diante dos lances e investidas de poderosos interesses privados e corporativos. Em outras palavras, seremos capazes de construir formas de organização e de relacionamento sociais que comportem, ao mesmo tempo, um mínimo de planejamento, orientação e coordenação com o máximo de espaço para a criatividade de indivíduos solidários e responsáveis?

Em busca de uma nova ordem mundial

O mundo bipolar da guerra fria passou e, perplexos, perscrutamos o cenário político para identificar tendências emergentes. Da desordem que surgiu, após o colapso do império soviético, não nasce necessariamente um mundo unipolar, centrado no poder econômico e no modelo de consumo norte-americano, mas, tampouco, um mundo pluricêntrico, em que se agrupam os países ao redor das três potências capitalistas hegemônicas (EUA, Japão, Alemanha), de mercados integrados.

A concepção da ordem mundial baseada em estados nacionais, dentro de seus territórios e seus problemas e conflitos internos e externos, esgotou-se à luz das tensões e contradições perigosas que estouram por todos os lados. Sendo impossível manter o

status quo e não havendo possibilidade de retorno sem ruptura, com conseqüências políticas e econômicas dramáticas das quais ninguém escapará, coloca-se como tarefa inadiável a construção de uma ordem mundial, em dimensões e alcance globais, como única alternativa para superar os impasses e iniciar a longa caminhada em direção à paz, à cooperação pacífica e ao respeito universal aos direitos humanos.

Se nosso objetivo foi o desenvolvimento sustentável ou qualidade de vida decente para todos os habitantes da Terra, nem o retorno à geopolítica da polarização nem o nacionalismo exacerbado são viáveis em face das tendências globalizantes. Essas tendências, porém, inserem contradições e dilemas que exigem uma visão clara da dinâmica do processo, de seus principais atores e suas respectivas visões de mundo que instruem seus discursos e orientam suas estratégias.

A globalização, imposta "de cima" como tendência central nas sociedades contemporâneas, está sendo impulsionada pelas forças do mercado apoiadas pelas elites hegemônicas das potências econômicas principais e seus aliados e cooptados nos países periféricos. Diante das discrepâncias na distribuição de recursos e da dinâmica polarizante e excludente do sistema econômico, a globalização imposta é inevitavelmente repressiva e antidemocrática, provocando reações sob forma de lutas sociais, étnicas, religiosas ou nacionalistas, caracterizadas por extrema violência e desestruturação do já precário sistema de relações internacionais.

Do lado oposto, a globalização "de baixo" se processa pelo agrupamento, sob forma de organizações transnacionais, das forças democráticas de base comunitária ou ideológica (*grass-roots*, ONGs),

constituindo redes transnacionais que podem ser consideradas os núcleos de uma "sociedade civil global" emergente. Enquanto a globalização "de cima" tende a acentuar as disparidades entre Norte e Sul e dentre as próprias economias "nacionais", simplesmente abstraindo da miséria e das carências das massas, a "sociedade civil global" pode proporcionar condições para uma futura ordem mundial assentada no bem-estar de todos.

Esses benefícios podem ser aquilatados por movimentos no sentido de: promoção e respeito crescentes aos direitos humanos; proteção e conservação dos recursos ambientais; controle da corrida armamentista e dos conflitos bélicos; implantação de governos democraticamente eleitos, cujos titulares são responsabilizados pelos eventuais desmandos por uma sociedade civil efetivamente participativa na gestão da causa pública; resistência e contenção do nacionalismo virulento e de movimentos fundamentalistas religiosos extremistas, por instituições internacionais investidas de autoridade e com credibilidade moral.

Novamente, o desmoronamento do "socialismo real" não significou o "fim da história", nem comprovou a superioridade do sistema capitalista, cujo funcionamento, mesmo após o colapso do arquinimigo, produz e dissemina uma longa série de problemas graves e aparentemente insolúveis. A recessão profunda e prolongada da economia elevou as taxas de desemprego crônico em todos os países industrializados, com efeitos devastadores nos países periféricos.

A globalização da economia mundial, acompanhada por uma nova divisão internacional de trabalho e fluxos de capital transnacionais em "tempo real", tem impactos negativos profundos na

estrutura econômica de certas regiões e setores industriais, agrícolas e de mineração, com poucas chances de recuperação. Em consequência crescem os números dos desenraizados e desabrigados, e de ondas migratórias em direção aos centros urbanos e metropolitanos, agravando as já precárias condições de vida das populações pobres e, Concomitantemente, as pressões sobre os recursos ambientais.

As migrações em massa das áreas de depressão econômica, de conflitos civis, étnicos, religiosos ou tribais, em direção às sociedades afluentes, têm provocado a disseminação de virulentas atitudes racistas e discriminatórias contra os estrangeiros e refugiados que, supostamente, vêm competir por recursos escassos com as populações nativas. Em número crescente de sociedades "em desenvolvimento", espalham-se a influência e o poder dos grupos fundamentalistas, constituindo ameaças reais à paz, à democracia e às liberdades individuais.

O fortalecimento do fundamentalismo islâmico (Argélia, Egito) e hinduísta deve ser entendido como sintoma do fracasso dos modelos e políticas secularizados, no sentido de superar os problemas básicos da pobreza e do atraso do mundo periférico, e também como reação à alienação e à perda de identidade cultural, em face do avanço avassalador dos padrões de conduta ocidentais.

Apesar desse quadro nada animador, existe espaço político e, portanto, esperança por iniciativas criativas e transformadoras. A disseminação e o apoio incondicional aos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil, como fonte da qual emanam o poder e a autoridade políticos, constituem o fundamento sobre o qual se constrói a globalização "de baixo" como contrapeso (*the*

countervailing power, nas palavras de J.K. Galbraith) para neutralizar os aspectos negativos da globalização "por cima". Seria ingênuo, no momento histórico atual, vaticinar uma ordem mundial totalmente configurada e controlada por forças democráticas transnacionais.

Ainda que o desfecho seja incerto, é na interação e confrontação das forças opostas que podemos vislumbrar os sinais precursores da nova ordem mundial que sirva às aspirações humanas e, ao mesmo tempo, esteja ancorada nas realidades das tendências presentes no contexto sociopolítico, econômico e cultural de nossa época.